



MOÇÃO

Hospital de S. Paulo- Serpa

A Assembleia Municipal de Serpa, reunida a 28 de junho de 2013, e no seguimento de anteriores posições face à atuação do Governo e da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA) no processo de reestruturação dos serviços do hospital S. Paulo em Serpa, reforça a sua posição de repúdio e descrédito pelas medidas depauperadoras dum serviço que se quer público e de qualidade, um direito universal e fundamental no apoio às populações.

Confirmadas as intenções de transferência dos serviços, anteriormente sob a tutela do Ministério da Saúde e gestão da ULSBA, para entidade privada local, mediante acordo de transferência de competências, a celebrar, os eleitos desta Assembleia Municipal e Presidentes de Junta, consideram:

- violada a Constituição Portuguesa, no que ao direito a um serviço nacional de saúde tendencialmente gratuito concerne;
- desprotegidas as populações locais, sem garantias dum serviço público de saúde de qualidade e à margem de gestões puramente economicistas;
- alcançado um retrocesso civilizacional, considerando que num passado recente os direitos de abril decretaram a humanização dos serviços de saúde, mediante a assunção do Estado de obrigações sociais para com o cidadão, mais concretamente no acesso à saúde;
- questionar a capacidade de gestão e garantia da qualidade destes serviços, se assumidos por entidade particular, não vocacionada e apetrechada para o efeito, ficando à mercê duma disponibilidade de transferência de verbas estatais, que se pressupõe limitada, face à atual política economicista e desumanizada

Reforça esta Assembleia a defesa dum **Serviço Nacional de Saúde Público**, tendencialmente gratuito e ao serviço do cidadão, sob a tutela e gestão do Estado, um serviço de qualidade e para todos, independentemente da etnia, credo ou religião, território e estatuto económico-social.

Apela esta Assembleia que se impeça a atuação em curso, face ao compromisso assumido aquando das eleições, na defesa dos direitos da população portuguesa e na missão assumida de serviço público.

Esta Moção será enviada ao Conselho de Administração da ULSBA, Ministro da Saúde, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social.

Moção apresentada pelos eleitos da CDU e aprovada, com 1 abstenção do PSD e os votos a favor da CDU, PS e BE